

N. F. Nº - 152093.0038/20-9
NOTIFICADO - RM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.
NOTIFICANTE- ELIDE SANTANA DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT METRO / IFMT
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 08.01.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0291-05/24-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. Consta à fl. 03, mandado de fiscalização em serviço de monitoramento da CENTRAL DE OPERAÇÕES ESTADUAIS – COE, e a notificação fiscal claramente não trata do trânsito de mercadorias, cuja ação se caracteriza pela instantaneidade da ação fiscal, sendo o modelo da notificação fiscal inaplicável à auditoria de estabelecimento, conforme farta jurisprudência deste Conselho de Fazenda. Notificação **NULA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O lançamento de ICMS, mediante Notificação Fiscal, foi lavrado em 18.09.2020, no valor histórico de R\$ 15.150,42, acrescido de multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – Falta de recolhimento na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso sobre mercadorias elencadas no Anexo I do RICMS adquiridas para comercialização, procedentes de outras unidades da Federação, por contribuinte descredenciado.

Descrição dos fatos: falta de recolhimento por contribuinte descredenciado fiscal originária da COE – central de operações estaduais relativo aos DANFE 37153, 63228, 63634.

Na impugnação (fl. 24), o notificado alega que o estabelecimento não efetuou os pagamentos dos DANFE 063, 634 e 37153 por ter destacado as inscrições dos substitutos tributários em cada DANFE e além disso a notificação nº 152093.0037/20-2 já consta a cobrança destes DANFE citados gerando duplicidade e quanto ao DANFE 63288, segue o DAE em anexo.

VOTO

Trata-se de lançamento de imposto sobre mercadorias elencadas no Anexo I do RICMS/BA procedentes de outros estados, destinados à comercialização.

O notificado de fato apresenta outra notificação onde aparecem duas notas fiscais de números idênticos a deste lançamento, contudo devido por antecipação parcial. A deste, a descrição faz referência ao recolhimento antecipado por fazerem parte do Anexo I, onde constam as mercadorias devidas por substituição tributária, assim como o demonstrativo revela aplicação de MVA, mas ao contrário do que afirma o notificado, os remetentes não possuem inscrição como substituto tributário neste Estado.

Contudo, consta à fl. 03, mandado de fiscalização em serviço de monitoramento da CENTRAL DE OPERAÇÕES ESTADUAIS – COE, e a notificação fiscal não diz respeito ao trânsito de mercadorias, cuja ação se caracteriza pela instantaneidade da ação fiscal, sendo o modelo utilizado inaplicável à auditoria de estabelecimento, conforme farta jurisprudência deste Conselho de Fazenda.

Assim, pela exposição dos fatos, voto pela NULIDADE da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULA**, em instância ÚNICA, a notificação fiscal nº **152093.0038/20-9**, lavrada contra **RM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 03 de dezembro de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

